

Delfim Ferreira Leão, *As Ironias da Fortuna — Sátira e Moralidade no Satyricon de Petrónio*, Lisboa, Colibri — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

O trabalho exarado neste livro resulta, essencialmente, da investigação realizada pelo autor para a elaboração da sua tese de Mestrado, embora, para efeitos de publicação, tenham sido feitos alguns acrescentos, como o próprio autor indica na página 147, antes de referir a bibliografia em que se baseou. De louvar, já de início, esta informação, bastante detalhada, e também o índice onomástico que se lhe segue e que orienta um leitor a quem interessem apenas alguns autores ou personagens.

Revelando-se bastante útil para a discussão do problema da moralidade em Petrónio, esta obra apresenta um estudo atento do texto latino, patenteando ainda uma constante preocupação em citar as palavras de Petrónio, como forma de justificar, sem margem para dúvidas, os argumentos apresentados. Às citações feitas segue-se sempre uma proposta de tradução que, por vezes, se revela bastante original, já que se procura manter a veia satírica do texto latino.

Esta originalidade revela-se também na forma como o autor inicia todos os capítulos, utilizando uma citação latina em epígrafe que, para além de conter em si um resumo do que de mais importante vai ser referido, permite ao autor iniciar, a partir dela, as suas reflexões. A utilização destas pequenas citações, aliadas a referências textuais de outros autores clássicos e aos numerosos casos de intertextualidade que vão sendo referidos ao longo da obra, revela também um vasto conhecimento da literatura clássica e um aproveitamento de todas as fontes de cultura e literatura que, de algum modo, podem contribuir para um melhor entendimento do *Satyricon*.

Curiosas são também as inferências à actualidade (como a original referência a Elvis Presley, no capítulo um) e a linguagem, por vezes poética, com que se justificam algumas ideias (vide, por

exemplo a referência ao "orvalho da manhã" e à "frágil folha", respectivamente nas pp. 51 e 110).

A nível linguístico, podemos referir a existência de algumas gralhas ao longo do texto, como "mitonímico" por *metonímico* (página 34, nota 3), "benificiem" por *beneficiem* (p. 63), "Encópio" por *Encólpio* (página 71), mas devemos relevar a correcta utilização dos termos técnicos, nomeadamente quando o autor recorre à análise estilística do texto para comprovar as suas ideias (o que acontece, apenas a título de exemplo, nas pp. 40 e 69). Contudo, e apesar de sempre correcta, esta análise não é sistemática. Poderia contrapor-se, porém, que os objectivos que o autor se propõe alcançar não contemplam esta análise, o que estaria correcto.

Já não nos parece correcta a interpretação dada a certos conceitos, como o de "personalidade" (p. 33) e o de "consequências" (p. 50). No caso do primeiro, presente logo no início do segundo capítulo, onde o autor diz que "procurámos seguir os contornos esquivos da personalidade de Petrónio", a palavra em questão, que encerra a ideia de *"estrutura psicológica que caracteriza uma pessoa"*, não nos parece a mais adequada, já que o que foi feito no primeiro capítulo foi seguir "os contornos esquivos" da vida e da época em que Petrónio terá escrito a sua obra e não estudar propriamente a sua personalidade.

Relativamente ao segundo conceito referido, pensamos que a sua escolha não terá sido a mais feliz. De facto, não poderemos dizer que Encólpio extraiu "as consequências que deveria" da história do Menino de Pérgamo, porque Eumolpo, o narrador da história, não fala de quaisquer consequências. Parece-nos, assim, que seria preferível utilizar conceitos como "ilações" ou "conclusões", neste caso.

Da mesma forma que estas palavras escolhidas pelo autor criam uma certa ambiguidade, o mesmo acontece, por vezes, com o encadeamento das ideias, nem sempre organizadas de forma compreensível para o leitor, que assim encontra súbitas dificuldades

de interpretação. A título exemplificativo, vejamos o último parágrafo da página 23: ao falar do nome do romance, Delfim Leão refere a preferência dos autores pelo título *Satyricon*, mas indica também que alguns outros optam pelo plural *Satyrice*, explicitando as suas razões. Contudo, e logo em seguida, fala da "interpretação proposta", não especificando a qual delas se refere. O mesmo acontece na página 45, onde o autor afirma que "a companhia de Ascilto fora trocada pela do Bom Cantor e com ele decidiram embarcar". O que não se percebe de imediato é quem decidiu embarcar com o Bom Cantor, porque esse esclarecimento só nos é dado mais tarde.

Também no primeiro capítulo, "A «Questão Petroniana»", se encontra uma certa incoerência que convém desde já referir, por ser notória ao longo de todo o estudo, dividido em sete capítulos, no total: nele se refere que "um dos propósitos" do trabalho seria tentar mostrar que no *Satyricon* existe uma "verdadeira crítica social". Mas se este é apenas um dos propósitos, quais são os outros? Neste capítulo, mais nenhum é referido, não se fazendo, assim, uma exposição completa dos objectivos que o autor pretende atingir. Ao longo dos diversos capítulos, vão-nos sendo facultados alguns propósitos concretos que se pretendem comprovar, mas, por uma questão de lógica discursiva, seria preferível, para o leitor, que esta exposição tivesse sido realizada de forma sistemática no início do estudo, já que isso lhe daria uma visão clara e global do trabalho realizado e lhe permitiria tomar consciência das finalidades do mesmo. Como isso não acontece, por vezes a leitura torna-se algo incompreensível, como veremos ao longo da nossa reflexão.

Da mesma forma, Delfim Leão não justifica, por vezes as afirmações que faz, como se estivesse certo de que o leitor está em poder de todos os conhecimentos necessários à sua compreensão. Contudo, este procedimento pode provocar alguma desorientação num leitor menos preparado, que não consegue, assim, apreender na totalidade a mensagem transmitida (a título exemplificativo, veja-se a

referência ao enterramento *in hypogaeo Graeco more* que "um romano não sublinharia" a partir de do ano 150).

No entanto, o tema principal deste primeiro capítulo não são os propósitos que regem o estudo do *Satyricon*. O autor preferencia, antes de mais, alguns problemas relativos ao nome da obra e à sua datação e autoria, destacando-se dois estudos que se referem a estas questões, um da autoria de K. F. C. Rose e outro realizado por René Martin. Do primeiro que é referido, são focados apenas os argumentos que Delfim Leão considera fundamentais para comprovar que o autor e a obra em estudo se situam na época neroniana, opinião que nos parece a mais plausível. Os argumentos de René Martin, que apontam o autor e a datação da obra para a época de Domiciano, já são postos em causa, sendo desmontados de forma hábil e convincente. Para isso, utiliza-se, inclusive, um testemunho de Tácito (texto latino e respectiva tradução), que Delfim Leão interpreta minuciosamente e de forma perspicaz, de maneira a corroborar as suas ideias e a negar, sem margem para dúvidas, a visão de Martin.

Já no segundo capítulo, "Situação das Letras e dos Letrados", procura-se fazer uma apreciação global do mundo literário espelhado na obra, com os seus defeitos e virtudes, por forma a demonstrar até que ponto Petrónio critica a (de)formação e inércia dos intelectuais do seu tempo, por oposição aos homens menos cultos, mas pragmáticos, que paulatinamente conquistam o poder. Para atingir este objectivo (não muito bem definido no texto), Delfim Leão atém-se na análise de alguns discursos das personagens intelectuais que clarificam esta questão e analisa minuciosamente o banquete dado por Trimalquião, procurando demonstrar (utilizando sempre excertos do texto latino e consequentes propostas de tradução) que há uma oposição clara entre o intelectual adulator e subserviente (e consequentemente deformado) e o liberto pouco culto, mas poderoso na sua riqueza.

Interessante é a análise psicológica dos libertos presentes no banquete: o nosso estudioso não se limita a comprovar o patente

sentimento de inferioridade que os estigmatiza, revelando uma grande perspicácia na análise dos textos. Assim, e tomando como exemplo a fala de Equión (pp. 38 e 39), desnuda com agudeza a personalidade deste liberto, patenteando a intenção de camuflagem do sentimento de inferioridade que o invade através de uma projecção no filho e a sua opção por dirigir a conversa para um campo onde se sente num plano superior em relação aos intelectuais — o mundo material.

A análise minuciosa das falas dos libertos continua, e através dela denuncia-se também a carência de pragmatismo, a credulidade, a tendência para a superstição e a falta de energia dos intelectuais, cuja formação escolar não preparou para a vida.

Fica por explicar, porém, a razão pela qual Encólpio, Ascilto e Gíton são chamados "anti-heróis", denominação que começa a utilizar-se repentinamente na página 43 e que nunca é explicada. Esta forma abrupta de introduzir elementos no texto revela, a nosso ver, um outro aspecto discursivo que consideramos frágil: por vezes, o leitor é induzido a pensar que determinado assunto foi concluído quando tal não aconteceu. E isto sucede porque Delfim Leão introduz inopinadamente elementos que desviam a atenção do leitor para outros caminhos interpretativos, regressando depois, mais adiante, ao assunto inicial, facto que provoca alguma confusão no leitor, que se vê confrontado com novas informações acerca de algo que aparentemente não tem ligação com os parágrafos anteriores, o que torna o ritmo de leitura irregular.

Neste capítulo encontramos um exemplo claro desta fragilidade: depois de analisar o final do banquete dado por Trimalquião, Delfim Leão refere a traição de Ascilto e o desejo de vingança de Encólpio. Nesta altura, afastando-se da sequência lógica do discurso (que seria concluir o que aconteceu a Encólpio), opta por interpor no texto o episódio do distarce de Gíton e Encólpio, no navio de Licas. Se, por um lado, esta interpolação se justifica, por nela se reiterarem e aprofundarem os defeitos dos intelectuais, fazendo-se a

mais completa análise estilística e sintáctica de todo o estudo, parece-nos, por outro lado, que teria sido muito mais proveitoso que a lógica discursiva não tivesse sido interrompida e se tivesse evitado a retoma abrupta do tema da vingança de Encólpio quatro páginas depois.

A nosso ver, tudo seria diferente (e mais lógico, até), se o autor tivesse optado por terminar o segundo capítulo com o episódio do navio, guardando para um outro capítulo a análise dos poemas declamados por Eumolpo. Esta, parece-nos, teria sido a melhor solução, uma vez que nesta análise não se examina em profundidade o mundo intelectual que o autor propõe observar no início do capítulo em questão. Aliás, é o próprio estudioso que clarifica os objectivos a que se propõe com o estudo destes poemas: em *Troiae Halosis*, procura "observar a funcionalidade deste poema dentro do romance" (página 50); em *Bellum Ciuile* propõe-se "mostrar que há paralelismo entre a marcha de César sobre Roma e a dos anti-heróis para Crotona" (página 53). Em nossa opinião, os dois objectivos são plenamente concretizados através de um exame exaustivo, a nível estilístico e ideológico, que não dispensa referências intertextuais (cf. nota 60, p. 57) e que desmonta habilmente e de forma bem desenvolvida a intenção subjacente aos dois poemas: criticar Roma e o desregramento que nela reinava por alturas do Império.

Mais claro nos parece o objectivo que o autor pretende atingir no terceiro capítulo ("Preceptores e Alunos"): mostrar as "ideias de Petrónio sobre a educação" (p. 61). A esta altura, importa analisar as relações vigentes entre mestres e alunos, e também o grau de responsabilidade que os progenitores têm na deformada educação ministrada aos seus descendentes.

Para verificar se o texto traduz pensamentos críticos de Petrónio, o autor procura fazer uma análise global da obra (recorrendo, em notas, a intertextos, sempre que necessário), em busca de argumentos que confirmem a crítica lançada contra mestres e progenitores. Muito original se revela a análise psicológica feita a

Equión (p. 65), assim como o exaustivo exame à figura de Eumolpo, nas relações que este estabelece com o Menino de Pérgamo e a filha de Filomela, confirmando-se assim que Petrónio mantém, neste tema, como em outros, uma "técnica de jogos de correspondência" (p. 67), entre discursos e comportamentos assumidos.

As conclusões a que chega não são favoráveis às personagens visadas neste capítulo, mas o autor retira uma ilação curiosa (e reveladora de um espírito arguto) da história do Menino de Pérgamo que lhe parece poder indicar uma crítica de Petrónio: "a *luxuria* (excesso, saciedade) leva à morte (neste caso da *libido*)" pelo que no final do conto há "um apelo (embora burlesco) à moderação" (páginas 70 e 71). Contudo, o autor deste estudo não afirma claramente quais as críticas petronianas, parecendo deixar ao leitor a tarefa de retirar do texto as suas próprias conclusões.

O capítulo termina, por fim, de forma curiosa, introduzindo o propósito que vai reger o estudo a desenvolver no capítulo seguinte ("Dissolução do *Mos Maiorum*"): "Onde param os defensores dos bons costumes?"

Neste novo capítulo, a escolha do texto em epígrafe – o epítáfio de Cláudia –, é, a nosso ver, extremamente feliz, pois podemos inferir, a partir dele, todos os predicados essenciais da matrona romana. Isto permite a Delfim Leão analisar, a partir dos mesmos pressupostos, as personagens femininas de mais relevo no *Satyricon*, com vista a descobrir se alguma poderá apresentar-se como um modelo de defesa do *mos maiorum*. Esta análise sugere-lhe uma reflexão bastante pertinente sobre a existência de personagens sem nome que poderiam, de alguma forma, representar tipos sociais. Esta reflexão surge da análise da figura da *anicula*, a partir da qual volta a observar-se uma paragem na lógica discursiva para examinar o comportamento de outras duas personagens sem nome: o *pater familiae* e o *eques Romanus*. Antes de reiniciar a análise das figuras femininas, o autor retira do exame feito algumas conclusões bastante válidas para a

defesa da existência de uma moralidade petroniana: nem os idosos, nem a aristocracia se apresentam como baluartes de defesa dos bons costumes.

O mesmo acontece com os (as) representantes da religião e outras mulheres: desde o seu nome (analisado etimologicamente sempre que isso se revela profícuo) até ao comportamento que assumem, tudo é analisado de forma sistemática, clara e elucidativa para concluir que nenhuma se salva da dissolução e desregramento que grassa pelo Império Romano. Contudo, uma curiosa análise de cariz textual, estilístico e onomástico permite ao autor concluir que Fortunata, mulher de Trimalquião, é a única que corresponde ao retrato de Cláudia, embora apenas parcialmente, já que não está livre de defeitos.

Bastante original (mas significativa, no conjunto da obra) é a análise do adolescente Gíton, que apresenta características efeminadas e por isso aqui se integra quase na perfeição.

Mais curiosa, porém, é a conclusão geral a que o autor chega: ele procura demonstrar (dando de novo liberdade ao leitor para tirar as conclusões que entender a propósito das intenções de Petrónio) uma lição que se retira do comportamento feminino: "a do triunfo do amor e da vida sobre a escuridão da morte" (p. 96). Para demonstrar a veracidade desta afirmação, apoia-se na personagem de Encólpio, embora, a nosso ver, pudesse ter lembrado ao leitor as conclusões a que chegou durante a análise do episódio da Matrona de Éfeso e que apontam nesta mesma direcção.

A capacidade analítica do autor, permite-lhe, no quinto capítulo ("Poder e Morte"), fazer uma análise bastante extensiva e pormenorizada das personagens de Trimalquião, Licas e Eumolpo (bastante engenhosa é a caracterização deste último como "poeta-contista-burlador-pai extremo" (p. 114)) e comprovar, de forma inequívoca, que o aparecimento das três corresponde a uma lógica

interna da obra, que os liga através da riqueza-morte-falta de herdeiros, separando-os por três espaços urbanos distintos.

Pena é, contudo, que não se explique por que razão "não deve ser gratuito" o "tratamento diferente" dado à personagem de Licas por alturas da narração da sua morte (vide nota 32, p. 111) e o motivo pelo qual é considerada "profundamente trágica e pessimista a cena final do *Satyricon*" (página 116). Mais importante nos parece, porém, referir que não nos parece ser suficientemente clara para o leitor qual a moralidade petroniana a extrair de todo este capítulo, por ela não se encontrar sistematizada de forma precisa.

Esta última referência também se poderá aplicar, em parte, ao capítulo seguinte ("*O Lusum Fortunae Mirabilem!*") onde também não se vê com clareza qual a crítica feita por Petrónio, apesar de o autor deste estudo resumir, no final, as ideias veiculadas ao longo do capítulo, facto que ajuda o leitor a retirar algumas ilações sobre as intenções de Petrónio.

Contudo, é de referir que o objectivo do autor, neste capítulo, não é propriamente indicar críticas petronianas (não se afastará um pouco do seu propósito base?), mas sim analisar as características da *Fortuna*, por forma a verificar que esta divindade desempenha "uma função importante no trama do *Satyricon*" (p. 121).

Perante este objectivo, parece-nos justo valorizar a comparação clara e sugestiva que é feita entre a sociedade neroniana e o mundo inseguro, decadente, oportunista e descrente de Petrónio, realçando ainda as conclusões correctas a que chega o autor a propósito do poder da *Fortuna*, e que se baseiam em numerosos exemplos e referências textuais.

Curiosa é, ainda, a ligação entre a *Fortuna* e o tema do labirinto que o autor explora em seguida. Contudo, apesar de ficar bem patente a existência na obra de uma consciência labiríntica da vida, não é muito visível a sua ligação à *Fortuna*. A passagem abrupta para o tema da *αμηχανία* torna a linha do pensamento algo confusa,

embora depois tudo se torne mais claro com a análise dos comportamentos de Encólpio, Gíton e Ascilto, que demonstram claramente a existência de um sentimento de "incapacidade" ou "impotência" (p. 127) na sociedade da época.

No último capítulo do estudo ("Moralidade do Romance"), e depois de breves referências ao Pitagorismo, Delfim Leão propõe-se analisar algumas palavras de Encólpio com vista a comprovar se poderão veicular opiniões de Petrónio, já que, como muito bem afirma, este não tece comentários próprios na obra.

A minuciosa análise feita à fala em questão permite concluir que nela há algumas reflexões epicuristas, mas, de forma arguta, hábil e sempre com argumentos comprovativos, o autor defende que Petrónio não se atém de forma plena a esta corrente filosófica, opinião com a qual concordamos.

A proposta seguinte é analisar os argumentos de alguns estudiosos que se detiveram sobre a hipótese da existência ou não de moralidade no romance. Parece-nos importante realçar aqui, pela agudeza de raciocínio que demonstra, a discussão que Delfim Leão leva a cabo a propósito de alguns argumentos apresentados por Walsh. Para os rebater, o nosso estudioso socorre-se, inclusive de ideias veiculadas num romance moderno, de David Lodge (citado na bibliografia), para justificar como pode um autor moderno trazer à luz novas ideias sobre obras clássicas. Este argumento, apoiado numa boa coordenação e lógica estruturação de ideias, parece-nos bastante astuto e engenhoso, por desmontar inteiramente um dos argumentos de Walsh. Os outros argumentos são também rebatidos com uma facilidade surpreendente, permitindo ao autor demonstrar que existe de facto uma crítica moral encoberta no *Satyricon*.

Parece-nos, contudo, que o autor, apesar de ter sintetizado de forma breve os pontos de referência moral que lhe parecem explanar-se na obra, poderia ter aproveitado este capítulo para coligir, de forma clara e mais alargada, essas mesmas referências, já que, por vezes,

essa síntese não se tornou clara ao longo dos capítulos, como fomos referindo.

Ficamos, assim, com a sensação de que um leitor menos preparado pode sentir algumas dificuldades em abarcar todo o sentido de um estudo que se revela bastante meritório, não só pela capacidade interpretativa dos textos que revela, como também pelo carácter original, perspicaz e arguto com que as ideias são abordadas e discutidas.

Mas – quem sabe? – talvez o autor, imbuído pelo espírito de Petrónio, tenha decidido emular o estilo deste nosso autor latino, esperando "que o leitor vá formando o juízo que o autor lhe não indicou desde logo de forma inequívoca e programática, mas para o qual foi contribuindo sempre, com elementos dispersos e inconsequentes apenas na aparência" porque "logo se instaura a coerência da mensagem" (p. 144).

Um voto: que continue a revelar-nos novos mundos com o mesmo rigor científico que revelou neste estudo, aconselhável a todos os que apreciam e estudam o *Satyricon*.

MAFALDA FRADE

José Luís Lopes Brandão, *Da Quod Amem. Amor e Amargor na Poesia de Marcial*, Lisboa, Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

Aspectos relacionados com a vida e o carácter de Marcial configuram uma das grandes linhas temáticas que ultimamente têm vindo a despertar a atenção e o interesse de estudiosos da obra do poeta.

É esta, sem dúvida, a linha de enquadramento do presente trabalho de José Luís Lopes Brandão, *Da Quod Amem. Amor e Amargor na Poesia de Marcial*, que pretende ver concretizados dois